

CRIANÇAS, PROFESSORES E FAMÍLIAS: (CO)PROTAGONISTAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Janaína da Silva **João** – UFSC

Agência Financiadora: PMF

O presente artigo emerge de um trabalho de investigação e teve como sujeitos da pesquisa tanto crianças, como profissionais da educação infantil e as famílias moradoras de um conjunto habitacional próximo à duas instituições de educação infantil públicas. Buscou-se evidenciar os pontos de analogias e congruências destes diferentes olhares sobre esta modalidade educacional e ressaltar a competência intergeracional no momento de pensar reais indicadores de qualidade na educação infantil, trazendo então as crianças como (co) protagonistas, junto com os adultos, e sujeitos imprescindíveis para a realização da pesquisa uma vez que ambos vivenciam juntos a educação infantil cotidianamente.

A opção por evidenciar as crianças como sujeitos de pesquisa qualificando e valorizando o seu olhar em igualdade com o dos adultos nos momentos de pensar a educação infantil, levando em conta que esta é uma modalidade educacional que já não pode mais ser apenas pensada para as crianças, mas, sobretudo com elas trás em si uma idéia de crianças como individuo, concreto, real, completo conforme sua faixa etária e competente para dizer de si e que desta forma tem o direito de ser ouvido e respeitado nas suas necessidades específicas.

Tal opção porem revelou a necessidade de buscar referenciais interdisciplinares a respeito de metodologias de pesquisa com crianças a partir de um olhar e uma escuta sensível ao que elas manifestam com suas diferentes linguagens no decorrer da pesquisa. Manifestação que acredito ser de suma importância, uma vez que *“o olhar das crianças permite revelar fenômenos sociais que o olhar dos adultos deixa na penumbra ou obscurece totalmente”* (PINTO; SARMENTO, 1997, p. 25).

A partir da Constituição Federal de 1988, considerou-se pela primeira vez no Brasil o atendimento público a crianças de 0 a 6 anos como “dever do estado e direito da criança” (art. 208, inc. IV), refletindo um avanço na concepção desse nível educacional, que passou de uma visão tutelar, relacionada à guarda e ao direito da mãe trabalhadora, para o reconhecimento de seu papel educativo. Assim, passou a ser direito de todas as crianças, serem cuidadas e educadas em espaços coletivos de educação que priorizem seu bem-estar e o desenvolvimento das suas múltiplas linguagens infantis no

tempo de infância, complementando a educação da família¹.

Acompanha o movimento de legitimação desse nível educacional a busca de um referencial teórico próprio das/para e com as crianças pequenas (Pedagogia da Infância), ancorado no compromisso de uma prática que acima de tudo, que leve em conta os seus conhecimentos e suas expectativas quanto a esse segmento educacional, em uma mesma proporção em que é levada em conta a opinião dos adultos. E que também proporcione às crianças a possibilidade de elaboração e ampliação dos conhecimentos.

Além da Constituição de 88, considerada um marco decisivo no longo caminho da busca por uma definição do caráter pedagógico, político e social que as instituições de Educação Infantil devem assumir questões referentes a crianças pequenas foram contemplados também em vários outros documentos o que aparentemente demonstra, no discurso oficial, uma preocupação inegável com a situação da infância brasileira. No entanto, essa preocupação bastante realista em analogia com a realidade atual da educação infantil brasileira, evidencia ainda uma visão *ingênua* do papel da Educação Infantil.

Fala-se muito no incremento da qualidade de atendimento na Educação Infantil, mas ainda não foram oferecidos recursos suficientes para que isso ocorra. Em 1994, o MEC, em sua *Política Nacional de Educação Infantil*, estabeleceu diretrizes para a orientação do trabalho com as crianças pequenas, seguido mais tarde pela publicação dos *Crêches para o atendimento em creches que respeitem os direitos fundamentais das crianças* (MEC, 1995) que trazem como principal objetivo “atingir concreta e objetivamente um patamar mínimo de qualidade” e assegurar às crianças pequenas o direito a uma Educação Infantil como tempo de infância e de ser respeitada como criança-cidadã, sujeito individual e de direitos.

Teórica e legalmente, os direitos das crianças aparentemente estão garantidos; contudo, sabe-se que entre a proclamação de direitos na letra da lei e a consolidação de práticas sociais adequadas existe uma distância muito grande, evidenciando cada vez mais o abismo entre as propostas legais e as vivências possíveis nas instituições de Educação Infantil.

¹ . A expressão *cuidar e educar* é usada neste texto com o sentido que a emprega a LDB (1996) – como função da Educação Infantil, complementares e indissociáveis.

A partir das minhas vivências e reflexões como profissional dedicada à Educação Infantil, pude perceber que o discurso da *qualidade* evidencia-se nos documentos oficiais como justificativa das reformulações e deliberações legais assumidas até agora. Entretanto, percebo que para que possamos compreender qual a proposta de educação infantil de qualidade trazida por estes documentos é necessário discutir as condições em que estes foram elaborados, os parâmetros utilizados, a possibilidade ou não de se pensar em critérios únicos e universais de qualidade e, acima de tudo, se existiu ou não a participação dos sujeitos que vivenciam a educação infantil na elaboração dos mesmos.

Embora este documento seja datado do ano de 1994, percebe-se que as questões apontadas no mesmo como critérios de qualidade ainda são bastante atuais, questões estas que já apareciam durante minha experiência profissional e que novamente aparecem durante esta pesquisa como é o exemplo da necessidade dos educadores em buscar melhores condições de trabalho, bem como elementos que qualifiquem este trabalho; que as famílias têm grande preocupação com a qualidade de atendimento de seus filhos nessas instituições, mas que nem sempre suas opiniões são consideradas validas na discussão desta modalidade educacional. Além disso, observei também o quanto à validade do que as crianças pequenas *dizem* a respeito das instituições de educação infantil ainda é incipiente nos momentos de pensar o trabalho pedagógico e a qualidade de atendimento das instituições que freqüentam opinião esta que, que acredito ser de suma importante.

Ao examinarmos a documentação oficial versus a realidade educacional brasileira percebe-se o grande paradoxo existente nesta relação, ou seja, ao mesmo tempo em que estes documentos delimitam critérios únicos de qualidade, não evidenciam a grande diversidade social, econômica e cultural das crianças brasileiras e suas famílias, desta forma, muito mais do que apenas discutir sobre o conceito de qualidade, este trabalho busca perceber o olhar de um grupo de crianças, seus pais e professores localizados em um determinado tempo/espaço/cultura/sociedade/classe social, sobre a Educação Infantil que vivenciam.

Como afirmam Pence e Mos (1994, p. 172),

Qualidade nos serviços dedicados à primeira infância é um conceito construído, subjetivo em sua natureza e baseado em valores, crenças e interesses, ao invés de uma realidade objetiva e universal. O cuidado infantil de qualidade está, em grande parte, no olhar do observador.

É, portanto, relevante considerarmos que os conceitos de qualidade, assim como todos os conceitos, são construções culturais internalizadas pelos indivíduos ao longo do seu processo de desenvolvimento. Os atributos necessários e suficientes para definir um conceito são estabelecidos por características dos elementos encontrados no mundo real, selecionados como relevantes pelos diversos meios culturais o que reforça a idéia de que para podermos compreender os saberes das crianças sobre a educação infantil é necessário além de ouvi-las, ouvir também os adultos que são co-responsáveis por sua educação. Por isso, se traz a idéia de opor-se à distribuição global de qualquer estrutura de qualidade isolada, para que não se corra o risco de conduzir a um mundo de uniformidade de extrema regulação, a uma receita padronizada para qualidade da infância, que considere um “único” ponto de vista, o que no caso é o dos adultos.

Diante da problemática e das inquietações levantadas neste trabalho, foi necessária a realização de uma revisão bibliográfica a cerca das questões referentes à infância e as crianças a partir da interlocução com diferentes campos de conhecimento como a História, a Antropologia a Sociologia da Infância e a Pedagogia, em especial a contribuição da, ainda em construção, Pedagogia da Infância.

A presente pesquisa organizou-se metodologicamente a partir de referencias multidisciplinares de forma a ouvir as crianças, seus pais e professores em uma comunidade constituída em um processo de desfavelização na capital de Santa Catarina, tomando como estratégia um *estudo de caso de inspiração etnográfica*, envolvendo trinta encontros realizados com as crianças em finais de semana, entre dezembro de 2005 e dezembro de 2006.

Durante a realização da pesquisa, fiz a opção pela diversificação de metodologias, ou seja, nos encontros com as crianças, além da observação participante no local onde moravam/brincavam, utilizei também desenhos; registros escritos, filmicos e fotográficos, ora produzidos pelas por elas, ora por mim; e com os adultos utilizei conversas informais e entrevistas semi-estruturadas com as famílias e questionários semi-estruturados com os professores, devido a algumas dificuldades encontradas para manter um contato mais próximo com os mesmos.

A presente pesquisa evidenciou entre outras coisas que oportunizar a escuta das *vozes* das crianças, pais e professores para que revelem seus saberes, idéias e expectativas acerca de um atendimento de qualidade na Educação Infantil coloca-se como um primeiro passo para que se oportunize a construção de relações de diálogo

entre essas duas instâncias (creche e família), o que tem se mostrado essencial para a construção de uma educação infantil de qualidade. Soma-se a isso a necessidade de construir uma cultura no âmbito da produção teórica e política que realmente considere as diferentes racionalidades e saberes dos sujeitos que cotidianamente fazem a história da Educação Infantil.

Em suma, o presente trabalho traz á tona a necessidade da área em pensar possíveis indicadores de qualidade não apenas com base em documentos oficiais e ou teóricos, mas, também, a partir das *voces* dos sujeitos para quem a Educação Infantil deve se dedicar e que cotidianamente nos dão sinais nítidos – apesar de muitas vezes velados ou indiretos – de suas expectativas, deixando clara sua fundamental importância para a construção de uma Educação Infantil de qualidade.

REFERÊNCIAS:

ANDRÊ, Marli Eliza Dalmago Afonso de. **Estudo de Caso em Pesquisa e Avaliação Educacional**. Brasília: Livro, 2005

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: 1988

_____. Ministério da Educação e do Desporto. **Política nacional de educação infantil**. Brasília: MEC/SEF/DPE, COEDI, 1994.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Critérios para uma atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças Brasília: MEC/SEF/DPE, COEDI, 1995.

DAMATTA, Roberto. **Relativizando: uma introdução à Antropologia Social**. Rio de janeiro: Rocco, 1987

PENCE, A., MOSS, P.(1994) In. *DAHLBERG, GUNILLA. Qualidade na educação da primeira infância: perspectivas pós modernas-* Porto Alegre: Arned,2003

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Cortez, 2005.

SARMENTO, Manuel Jacinto; PINTO, Manuel **As crianças e as infâncias: definindo conceitos, delimitando o campo**. Portugal, 1997.